1) Houve às especificidades da prática filosófica, pedagógica e de ensino que nos leva ao uso da linguagem didática. É importante utilizar com seus alunos, somente conhecendo com eles tipos de materiais que ajustam para diversas tendências possíveis (mas que, como vemos, não se excluem) de ensino de filosofia. A primeira opção é o livro didático tradicional que expõe os grandes momentos da história da filosofia (mas que vem levando cada vez mais em consideração as limitações da filosofia clássica para meio de perspetivas pós-coloniais, entre outras, para além dele). Esse tipo de livro pode ser organizado cronologicamente ou a partir de temas ou problemas filosóficos (como é o caso de o “Convite à filosofia” de Manirane Chaué), mas o seu elemento comum é a exposição de certos conceitos filosóficos e seus contextos junto a um desenvolvimento de contexto de sua produção (seja história ou filosofia) ou os fatos que geraram. O segundo tipo de material que pode ser utilizado são coletâneas com textos dos próprios filósofos (como “Textos Básicos em Filosofia” organizado por Hélio Marcondes). Nesse tipo de livro costumamos encontrar teses de tese, trechos de textos cheios de história da filosofia que apresentam os principais argumentos do texto em questão. Geralmente essas coletâneas costumam apresentar uma breve introdução ao trecho escolhido e uma série de perguntas que ajudam a tirar nos principais pontos do texto. Diante dessas opções, julgo que material mais adequado a coletâneas organizadas pela secretária de educação de Paraná e justificáveis isso a seguir.

Como disse acima, cada um desses materiais pode ser explorado com uma tendência. Os livros históricos privilegiam o ensino de filosofia a partir de sua história, ou seja, procuram expor conceitos canônicos (embra não apenas) e relacioná-los a outros filósofos e outros conceitos, ao momento da história em que são produzidos e a relação desses conceitos com outras disciplinas. As coletâneas, por sua vez, podem ser melhor colocadas a segunda tendência, que da mais ênfase ao ensino da atividade filosófica. Se considerarmos a filosofia como uma lida com o conceito (seja e o concebido como algo onipotence ou

Folha 1
o seu ensino pode ser uma tentativa de desenvolver nos alunos a capacidade de manejá-lo, o conceito. O uso de coletâneas permite ao professor e os alunos explorarem diretamente no texto as múltiplas formas, estratégias, e nuances de conceito construídas ou usos do conceito por autores considerados filósofos.

O que se percebe em seguida, porém, é que uma tendência não existe sem a outra (ainda que a parte varie entre os tendências). Por um lado, os argumentos de um filósofo não existem no vácuo, eles são situados historicamente, lidam com problemas muitas vezes conceitos (problemas científicos ou políticos, por exemplo) e dialogam com outros filósofos. Nessa forma, o conhecimento da história da filosofia é perpessencial para dimensionar adequadamente o que acontece na operação conceitual de tal ou tal filósofo. Por outro lado, é inevitável que uma abordagem abordagem histórica acabe abordando os mínimos de certos argumentos. É impossível, por exemplo, compreender e quaisquer que desenhe e opera na tradição de pensamento e inaugurando a modernidade da filosofia sem entender como ele chama na indubitabilidade do Egito em suas Meditações Metafísicos. O que se deve, pois, sublinhar é que não há possibilidade de ensino de filosofia sem conciliar de alguma forma essas duas tendências. A escolha de livro didático acaba aqui terminando sendo uma peça nessa conciliação.

Se escolhemos a coletânea editada pela Secretaria de Educação do Paraná e porque ela encontramos uma espécie escolha de textos de autores mais ou menos canónicos sempre angariados por um agrupamento crítico feito por um especialista. Ainda que alguns desses textos possam ser densos para o aluno, é o papel do professor e justamente auxiliar os alunos nesse processo. A filosofia é uma língua específica, para que o contato com textos filosóficos é essencial para o seu aprendizado, por mais duro que isso possa ser em um primeiro momento. Além disso, é necessário que os textos introdutórios se mostram valiosos para que eles não apenas dêem o contexto da obra mas também procurem explicar o que acontece no texto em questão, facilitando o acesso ao texto do filósofo e servindo de valiosa ferramenta na preparação e no ensino do conteúdo aos alunos.
A Lei 11.465 determina que se trabalhe conteúdos de história e cultura afro-brasileira e indígena no sala de aula. Isso é ainda mais complexo na área de Filosofia, pois devemos nos ocupar com o pensamento de origem afro-brasileira e indígena sem ganhar uma mínima cidadania filosófica antes. A fundação de pensadores como Machado de Assis e Frei de Pires, sem a presença de filósofos indígenas, pode ser um ponto de abordar este conteúdo essencial, portanto, adotar três pontos: a preparação de professores, a organização de um material didático adequado e a orientação das aulas. Insistimos nesses aspectos preparatórios, pois são regiões que se complementam. A primeira é a falta de contato da grande parte dos professores de filosofia com esses conteúdos que desvendam a exclusão histórica que pensamentos de origem não grega sofrem ao não serem abordados na formação universitária em filosofia. A segunda é a diferença entre a realidade entre os pensamentos afro-brasileiro e indígena e o pensamento grego que prevalece no universo da filosofia. Ou seja, não apenas se tratam de pensamentos excluídos, como não estamos habituados a eles de forma nesse ensino predominantemente grega-europeia.

A preparação do professor é primeira parte, talvez seja o mais trabalhoso por implicar uma revisão de sua formação e a aprovação de um tipo de pensamento ao qual não se está acostumado. É por isso que além do próprio conteúdo a ser trabalhado (que mencionamos no segundo ponto), é fundamental se aproximar de uma bibliografia pós-colonial e de trabalhos que possam elaborar a história e os modos de vida dos grupos cujos pensamentos vão se trabalhados em aula. A literatura pós-colonial é importante por dar conta dos processos de rebaixamento ou exclusão desses tipos de pensamentos que justificam uma inclusão posterior desses conteúdos na grade curricular. Os textos de história e antropologia, por sua vez, permitem aos professores entender o âmbito em que esses pensamentos são produzidos, ainda mais considerando que parte desses pensamentos (como os indígenas sobretudo) se de maneira oral (isto é, não leitada). Em esses cuidados o professor consegue começar a superar as barreiras que excluam os pensamentos afro-brasileiro e indígena da filosofia e ele poderá dimensionar adequadamente suas diferenças em sala de aula.
O segundo ponto tem a ver com a preparação do material. Na primeira parte, as questões de espaço nas fórmulas no caso indígena, ainda que os mesmos problemas sejam encontrados no caso de pensamento abraçador. Como os tópicos de culturas alteram seus encontros no caso de pensamento indígena, é mais importante ressaltar a história de pensamento indígena. Em sua maior parte, essas reflexões são encontradas em mitos. É por isso que é fundamental que o professor estabeleça um conceito desses mitos para o próprio espectro cultural.

O mapa da constituição de pensamento ameríndio e apresentação de mitos são, fundamentalmente, a exposição da parte dos relatos de "A queda do Cau" de B. B. de Almeida e B. Albertoni. Lá esse pensamento é exposto na perspectiva do pensamento abraçador. Isso forma a alma, não só tem acesso ao conteúdo do pensamento abraçador, mas deve no último ponto, que é a estruturação do curso. É importante que ela de conteúdos só de conteúdos das histórias indígenas ou ameríndias, mas que o aluno entenda a sua exclusão sistemática e como isso se relaciona à opressão desses grupos.

Isso pode ser visto como a família e não tem tempo de distância desses pensamentos, desses noções? Um recurso que pode ser utilizado é o estudo de um filme de ficção com o abacaxi da serpente ou documentário (como "Supermulheres", filme no inglês) que tenha sensível a diferença do modo de vida, de organização social e experiência sensível e, por fim, na questão, é por isso que considero fundamental no trabalho desses conteúdos em que a demonstração do processo de exclusão e a sensibilização das diferenças desses pensamentos.

Vê-se que não é fácil e que o mais difícil é estar justamente no processo de reciclagem que o mestre precisa ensinar sobre si mesmo. Realizando isso, que a prática será realizada com mais facilidade, pois o professor terá uma nova disposição e abertura para pensamentos da matriz abraçadora e/ou indígena.
O lema Kantiano deixa bem claro em que deve consistir o ensino de filosofia. Não se trata de ensinar um conteúdo previamente determinado pela tradição e que só poderia ser avaliado a partir da capacidade do aluno reproduzir da sua memória certos conceitos ou mesmo argumentos. Venos a partir dessa posição de Kant que a filosofia é fundamentalmente uma atividade e não apenas as suas atualizações históricas. Desse modo, pensar isso no contexto escolar nos traz uma dificuldade relativa à avaliação dos alunos, ainda mais considerando que a tradição positivista que impera no ensino básico nacional tende a realizar avaliações que se apóiam na capacidade de aluno memorizar certas fórmulas ou fatos.

Para conseguir pensar uma avaliação que escape esse modelo é preciso conceber a prática ensino de filosofia de uma forma mais atuante. E com isso em mente que a posição Kantiana nos parece fecunda. Não se trata de tornar como foi de ensino o resultado da elaboração filosófica de algum autor, mas sim o próprio processo de construção conceptual. Isso significa abrir mão da história da filosofia? De fato alguma, já que se a filosofia não tem nenhum conteúdo positivo, isso não significa que o trabalho filosófico previamente realizado é irrelevante. O tipo de ensino que se pode conceber a partir da posição kantiana é tento, um que procura encontrar sua elaboração filosófica modelos possíveis para a atividade do filósofo. Na ausência de qualquer modelo genérico ou conjunto de protótipos (ainda que revisáveis) que possam guiar a prática filosófica, não é possível ensinar os alunos a ação de filósofos sem que eles tomem conhecimento da história dessa prática. O que se aprende nesse processo, por óbvio, um modelo genérico, mais a própria variabilidade inherente à atividade filosófica variabilidade cujos limites coincidem com os limites da própria tradição (e que como vemos não olham para a história da filosofia, mas deixam de se alterar).
O que isso implica para o aluno de filosofia?

Considerando que ele se encontra numa configuração inicial com essa atividade, é que ele não tem capacidade de elaborar conceitos complexos e consistentes por conta própria. Mas, por outro lado, a atividade proposta é de natureza filosófica. Por isso, se encontramos em uma situação de aprendizagem inicial, o que podemos fazer, como dissemos, é demonstrar como filósofos já reconhecidos elaboraram determinados conceitos. Trata-se de mostrar as maneiras de construir um argumento ou um conceito a partir de exemplos já dados. Se esse tipo de ensino pode parecer, a princípio, desinteressante, ele permite ao aluno aprender aos poucos diversas maneiras de construir conceitos na medida em que o professor explora diferentes filósofos. Com o tempo, o aluno vai não apenas aprimorando sua capacidade de entender e reconhecer a partir própria as construções conceituais que povoam nosso discurso e nossas culturas, como a partir de um amplo arsenal de estratégias, pode ele próprio começar a ensaiar elaboração conceituais ligadas ao problema que o atormenta.

Fica claro, agora, o tipo de avaliação proposta para esse tipo de ensino. O que será avaliado não será a capacidade do aluno de memorizar certas ideias, mas de explicar de que maneira um conceito é construído. É evidente que esse movimento de reconstrução há uma certa memória envolvida, mas trata-se de uma memória que é subordinada às demandas racionais de coerência e consistência no conceito que o aluno precisa elaborar. É por isso que, mais que qualquer jargão de filosofia, o que interessa é saber se os argumentos estariam conceituados e dispostos de modo a produzir a justificação de um determinado conceito. E que julgamos como adequada avaliação adequada para esse Conceito racional de aprendizado em Filosofia.

O portanto, uma questão que perca para o aluno não construir com suas próprias palavras (ou seja, evitando repetir jargões) os princípios elementares ou argumentos de um determinado conceito. Tendo como consequência disso o aprendizado de diversas estratégias que compõem o filosofar.